



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Ref.

Autos nº 0600504-26.2024.6.21.0000 - Recurso Eleitoral

Requerente: PROGRESSISTAS - RIO GRANDE DO SUL - RS - ESTADUAL

Relator: DES. ELEITORAL FRANCISCO THOMAZ TELLES

Exmo. Relator:

Colendo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul:

Trata-se de requerimento do DIRETÓRIO ESTADUAL DO PROGRESSISTAS - RS para a **utilização do tempo de veiculação de propaganda partidária gratuita** em emissoras de rádio e televisão, no **primeiro semestre de 2025**, mediante inserções estaduais durante a programação normal das emissora, nos termos da Lei nº 9.096/95 e da Resolução TSE nº 23.679/2022

A Secretaria Judiciária juntou informação técnica acerca: a) da tempestividade do requerimento; b) do preenchimento dos requisitos; c) da proposta de distribuição das veiculações; e d) da inexistência de decisões de cassação de tempo de propaganda partidária a ser efetivada no período requerido (ID 45775849).

Vieram os autos para manifestação, nos termos do art. 8º, §4º, da Resolução TSE nº 23.679/22.

É o relatório.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

I. DA TEMPESTIVIDADE

Dispõe a Resolução TSE nº 23.679/2022:

Art. 6º A apresentação do requerimento previsto no art. 5º desta Resolução observará os seguintes prazos:

I - 1º a 14 de novembro, quando relativo à veiculação de inserções no primeiro semestre do ano seguinte; e

II - 10 a 25 de maio do ano não eleitoral, quando relativo à veiculação de inserções no segundo semestre desse ano.

§ 1º Os pedidos encaminhados antes do termo inicial ou após o termo final do prazo respectivo não serão conhecidos.

§ 2º Até 5 (cinco) dias antes do início dos prazos indicados nos incisos do caput deste artigo, a Presidência do Tribunal Superior Eleitoral divulgará, por meio de portaria disponibilizada em seu sítio na internet, a atribuição de tempo da propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão para o semestre seguinte, calculada conforme o disposto no art. 2º desta Resolução.

§ 3º Os dados referidos no § 2º deste artigo serão atualizados, com nova publicação de portaria, sempre que houver fusão, incorporação ou nova totalização. (g.n)

A Portaria TRE-RS P n. 1.727, de 03 de maio de 2023, estabelece o uso do Sistema de Inserções de Propaganda Partidária Gratuita - SisProp, no qual os diretórios regionais dos partidos políticos devem realizar, previamente ao requerimento, o agendamento das datas e informar a quantidade de inserções pretendidas.

A Direção Partidária Regional, após agendamento no SisProp, apresentou requerimento em 01.11.2024, portanto, **dentro do prazo legal**. Assim, é tempestivo o requerimento.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

II. DOS REQUISITOS

Na Portaria nº 824/2024, o TSE divulgou os critérios para atribuição de tempo da propaganda partidária gratuita na rádio e na televisão para o primeiro semestre do ano de 2025, nestes termos:

Art. 1º. Divulgar a atribuição de tempo de propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão para o primeiro semestre de 2025, considerando, acumulativamente:

I- a aferição da cláusula de desempenho prevista no inc. II do parágrafo único do art. 3º da Emenda Constitucional nº 97/2017, observado o disposto nos §§2º e 3º do art. 4º da Resolução nº 23.670/2021 (Anexo I);

II- os critérios previstos nos incs. I a III do §1º do art. 50-B da Lei nº 9.096/95, observado o disposto no inc. III e no *caput* do art. 5º, e, da Resolução n. 23.670/2021 (Anexo II).

Parágrafo único. Nas tabelas constantes dos Anexos I a II desta Portaria, foram considerados os votos válidos, a quantidade de deputadas e deputados federais eleitas(os) pelas federações e/ou pelos partidos políticos nas eleições 2022 e as totalizações ocorridas, nos termos do art. 29 da Resolução n. 23.677/2021, até 21 de outubro de 2024.

O Anexo I dessa portaria trata da aferição de cláusula de desempenho prevista no art. 3º, parágrafo único, II, da EC nº 97/2017. A propósito, observa-se que o **requerente cumpre a cláusula de desempenho por ambos os critérios**, quais sejam, obteve, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo 2% (dois por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 1% (um por cento) dos votos válidos em cada uma delas, e elegeu pelo menos 11 (onze) Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

O Anexo II da mesma portaria TSE define os parâmetros de que trata o art. 50-B, § 1º, I a III, da Lei n. 9.096/95. Estabelece a atribuição do tempo de propaganda partidária para as agremiações prevendo ao requerente o tempo total de 20 minutos, correspondentes a 40 inserções de 30 segundos cada.

Assim, **conclui-se que o partido político ora requerente preenche os requisitos para a veiculação do número de inserções pretendidas**, conforme especificado.

III. DA PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DAS VEICULAÇÕES DA PROPAGANDA PARTIDÁRIA.

O Diretório Regional requereu a propaganda partidária gratuita em emissoras de rádio e televisão no quantitativo de 40 inserções estaduais de 30 segundos cada, tendo indicado no SisProp as datas para veiculação. Desse modo, deve ser deferida a propaganda partidária gratuita em emissoras de rádio e televisão, no quantitativo acima referido, conforme as datas indicadas.

IV. DA CASSAÇÃO DE TEMPO DE PROPAGANDA PARTIDÁRIA.

A informação técnica apontou que **não foram localizadas decisões de cassação de tempo de propaganda partidária** a ser efetivada no semestre referido.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

V. CONCLUSÃO.

Ante o exposto, presentes os requisitos para fruição da propaganda partidária, dada a informação de agendamento das datas no SisProp e inexistente decisão de cassação de tempo de propaganda partidária a ser efetivada no período pretendido, o Ministério Público Eleitoral manifesta-se pelo **deferimento** do pedido.

Porto Alegre, 10 de novembro de 2024.

ALEXANDRE AMARAL GAVRONSKI
Procurador Regional Eleitoral Auxiliar

VG